

## DE SÃO VICENTE A JACAREPAGUÁ: UMA GENEALOGIA DE MULHERES TUPINIQUIM E A ITINERÂNCIA DA CERÂMICA PAULISTA

Sílvia Peixoto<sup>a</sup>  
Francisco Noelli<sup>b</sup>  
Marianne Sallum<sup>c</sup>

a Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), doutora em Arqueologia. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), docente externo do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade. E-mail: [silviapeixoto@gmail.com](mailto:silviapeixoto@gmail.com)

b Universidade de Lisboa, doutorando e investigador do Centro de Arqueologia (UNIARQ), apoio financeiro FCT: 2020.05745.BD. University of Massachusetts-Boston, pesquisador visitante no New England Indigenous Laboratory. Universidade de São Paulo, pesquisador do Laboratório Interdisciplinar de Pesquisas em Evolução, Cultura e Meio Ambiente (LEVOC), Museu de Arqueologia e Etnologia, apoio financeiro FAPESP: 2019/18664-9. E-mail: [francisconoelli@edu.ulisboa.pt](mailto:francisconoelli@edu.ulisboa.pt)

a Universidade de São Paulo, pós-doutoranda do Laboratório Interdisciplinar de Pesquisas em Evolução, Cultura e Meio Ambiente (LEVOC), Museu de Arqueologia e Etnologia, apoio financeiro FAPESP: 2019/17868-0, 2019/18664-9. University of Massachusetts-Boston, pesquisadora visitante no New England Indigenous Laboratory, apoio financeiro BEPE-FAPESP: 2021/09619-0. Universidade de Lisboa, investigadora no Centro de Arqueologia (UNIARQ). E-mail: [marisallum@usp.br](mailto:marisallum@usp.br)

## RESUMO

O contexto colonial de São Paulo e Rio de Janeiro conectou pessoas Tupiniquim, portugueses e seus descendentes, articulando interesses estratégicos em novas realidades políticas e sociais, como no Engenho do Camorim. Neste cenário, a genealogia de uma importante mulher paulista de São Vicente - Esperança da Costa, permitiu recuar no tempo até sua antepassada Tupiniquim Cecília Rodrigues (nascida c.1505) e suas descendentes, que provavelmente estiveram entre as comunidades de práticas que apropriaram e transformaram a cerâmica comum portuguesa na Cerâmica Paulista. A compreensão desse cenário resulta de vasta quantidade de dados, interpretados através de uma abordagem interdisciplinar sob os pressupostos da persistência das comunidades e da transmissão de conhecimento entre as linhagens de mulheres, que permite explicar a presença de cerâmicas produzidas com as mesmas tecnologias em tempos e lugares diferentes nos últimos 500 anos. Cecília e suas contemporâneas legaram uma herança compartilhada até o presente.

## PALAVRAS-CHAVE

Persistência, Povos Indígenas, Gênero, Cerâmica, Colonialismo.

---

## ABSTRACT

The colonial context in São Paulo and Rio de Janeiro connected Tupiniquim and Portuguese people, and their descendants, articulating strategic interests in the light of new social and political realities, as in the case of the Camorim Plantation. In this scenario, the genealogy of a prominent woman by the name Esperança da Costa, hailing from the town of São Vicente, in São Paulo, allowed us to trace her ancestry all the way to her Tupiniquim ancestor Cecília Rodrigues (born c. 1505) and her descendants, who were probably members of the communities of practice who appropriated and transformed Portuguese coarse ware into Paulistaware. The understanding of this history is a result of extensive amounts of data, interpreted through a multidisciplinary approach under the premises of the persistence of such communities and the transmission of knowledge through female lineages, which explains the presence of ceramics made with the same technologies at different time and place over the last 500 years. Cecilia and her contemporaries left a legacy shared until the present.

## KEYWORDS

Keywords: Persistence, Indigenous Peoples, Gender, Ceramics, Colonialism

## COMO CITAR ESTE ARTIGO

PEIXOTO, Sílvia; NOELLI, Francisco; SALLUM, Marianne. De São Vicente a Jacarepaguá: uma genealogia de mulheres Tupiniquim e a itinerância da Cerâmica Paulista. *Cadernos do Lepaarq*, v. XIX, n.37, p. 326-355, Jan-Jun. 2022.

## POR UMA ARQUEOLOGIA DO COLONIALISMO NO BRASIL

A Arqueologia pode ser anticolonial ou colonial, dependendo de como é praticada. Mas o colonialismo é central para a arqueologia histórica (SILLIMAN, 2022), independentemente da sua definição, por estabelecer os termos e temas da pesquisa, seus períodos, perspectivas e políticas. A contribuição da Arqueologia é mostrar e dar a compreender as práticas e materialidades que resultaram das relações entre as pessoas.

Neste sentido, há muito para fazer e avançar na história deste território conhecido como Brasil, um imenso abrigo de grandes desigualdades e contradições sociais, culturais, econômicas e políticas. É o que se pretende com este artigo, feito para articular dois projetos desenvolvidos separadamente, sobre aspectos de um contexto social e de trabalho do Engenho do Camorim, Rio de Janeiro, onde foram encontradas vasilhas cerâmicas produzidas localmente por mulheres que se deslocaram para ali desde São Vicente, no litoral de São Paulo. De um lado, começar a compreender as ações de indivíduos livres no Camorim, entre 1622 e 1667 (Sílvia Peixoto). De outro, evidenciar a longa duração das comunidades de prática e suas linhagens de mulheres ceramistas, desconhecidas na arqueologia e historiografia de São Paulo (Marianne Sallum e Francisco Noelli). Essa articulação forneceu novas perspectivas para ambos os projetos, trazendo avanços significativos na compreensão dos respectivos temas de pesquisa. O objetivo comum é destacar as pessoas apagadas nas fontes escritas e na produção acadêmica, e mostrar algumas consequências do seu engajamento, tanto voluntário, quanto involuntário, na formação de cada um dos lugares do mundo colonial.

O objetivo inicial dessa colaboração entre os projetos era ampliar a interpretação do registro arqueológico sobre as práticas das pessoas escravizadas, avançando em relação aos resultados anteriores. Porém, o exame de novas fontes nessa etapa trouxe novidades inesperadas, evidenciando uma linhagem de mulheres indígenas livres no Camorim, ressaltando o que concluiu Silliman (2022, p. 51-52), de que não há interpretações equilibradas sobre o passado, sendo necessário, para superar “séculos de privilégios europeus e brancos”, que a arqueologia coloque o colonialismo no seu “radar analítico”. Ele considera que a superação dos privilégios vem sendo bem-sucedida, até com um superdimensionamento teórico e metodológico destinado a compreender e interpretar os “colonizados, subalternos e indígenas”, em razão da necessidade de “trabalhar criticamente através destes conceitos e termos, dado o significado de resultados e políticas de representação para as comunidades que vivem, e muitas vezes ainda de mundos coloniais”. Porém, ele considera que “há ainda muito a fazer para garantir que o colonialismo inclua o estudo dos colonizadores”, e pergunta: “onde estão os debates de conceitos semelhantes a examinar aqueles que perpetuam e se beneficiam do colonialismo?”

O que significa a história dos lugares no colonialismo? Nada mais que a consequência da ação das pessoas. No caso do Engenho do Camorim, os registros escritos sobre a sua gênese são reveladores. Eles mostram que o desenvolvimento do lugar resultou da decisão e da articulação de interesses estratégicos de um grupo de pessoas livres, aparentadas e aliadas que viviam

em São Vicente. Foram mulheres e homens Tupiniquim, mais as suas descendências com os portugueses e outros europeus, e talvez alguns portugueses que decidiram mudar para o Rio de Janeiro (provavelmente levando inúmeras pessoas escravizadas). A razão dessa mobilidade foi um casamento que reforçou a aliança entre famílias dos dois lugares, uma oportunidade para vários “negócios” no sistema Atlântico. É uma situação complexa a ser pesquisada para compreender como funcionou essa aliança, pois as comunidades Tupiniquim não eram submetidas aos portugueses (NOELLI; SALLUM, 2019). Refutamos, portanto, a noção do encontro entre duas entidades homogêneas, do supostamente mais forte que subjugou pessoas mais fracas. Ao mudarmos o enfoque, consideramos que nem todos os portugueses e nem todas as comunidades indígenas atuavam da mesma forma, pois as fontes mostram contextos coloniais modelados por diversas ações individuais e comunitárias.

Essas pessoas livres vinham predominantemente de territórios vizinhos situados onde atualmente estão Praia Grande, São Vicente, Santos, Cubatão, Guarujá e Bertioga. Elas partiram para o Camorim ao redor de 1594, pouco mais de 30 anos após centenas de homens e mulheres daquela área terem feito a mesma jornada para atuar ativamente na invasão e conquista da Guanabara entre 1565 e 1567. A mudança para o engenho foi mais um evento que gerou mobilidade entre os dois lugares.

Essa mobilidade levou mulheres de linhagens de comunidades de práticas agroflorestais e ceramistas. O resultado do que elas produziram foi transformado com o tempo em parte do registro arqueológico do Camorim. O significado dessas mulheres para a história é multidirecional, devendo ter impacto hoje, com descendentes vivendo atualmente na região (Figura 1). Arqueologicamente, elas representam o elo que faltava para identificar a itinerância da Cerâmica Paulista, desde onde a “cerâmica comum portuguesa [foi] apropriada e transformada no século XVI pelas Tupiniquim da área de São Vicente, para uso nos assentamentos coloniais, reproduzida até o presente na região Sudeste de São Paulo” (NOELLI; SALLUM, 2019, p. 703). Essa é uma noção inclusiva, que considera que a cerâmica começou com as mulheres Tupiniquim, continuou com as suas descendentes com os portugueses, as chamadas “mamelucas” (filhas de mulher Tupiniquim e pai português) e com outras mulheres que vieram de fora, incluindo pessoas escravizadas que integraram as comunidades de práticas, referidas a partir do século XVII como as de “São Paulo” e “Paulistas” (NOELLI; SALLUM, 2020b, p. 132). Nesse sentido, a partir da noção de “jogos de identidades” sugerida por John Monteiro (2001), chamar de Paulista e não de “Cerâmica Tupiniquim” é uma forma de incluir todas as gerações com linhagens que vieram até o presente, tanto as que atualmente se consideram “Tupi” e “Tupi Guarani” no litoral de Peruíbe (MAINARDI, 2017; SALLUM; NOELLI, 2022), quanto outras que conhecemos que não se consideram descendentes de indígenas.

Enfim, este artigo é uma arqueologia histórica sobre mulheres ceramistas que foram silenciadas pelas pesquisas, que apagaram por completo o seu papel fundamental na história do Rio de Janeiro, invisibilizando-as nos espaços coloniais (FERNANDES, 2003; GARCIA, 2019).

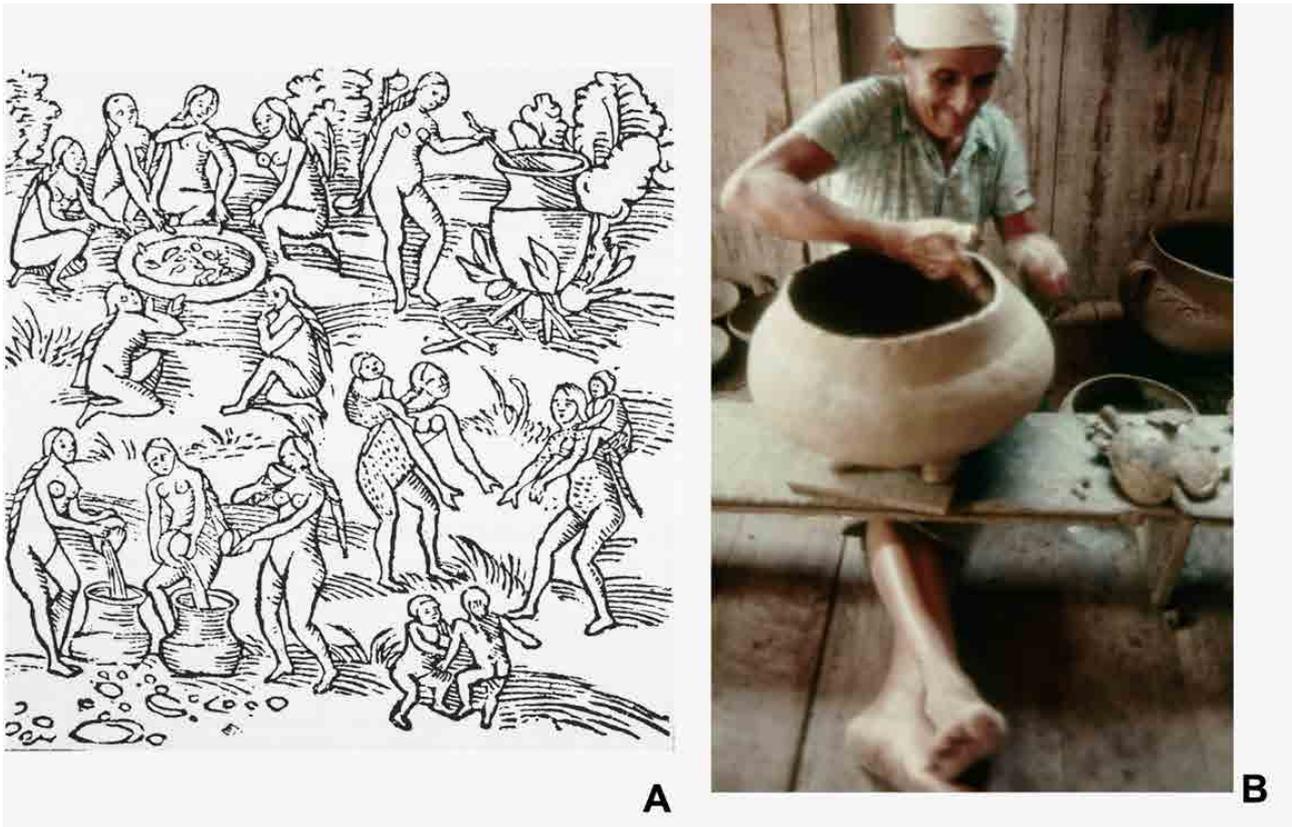


Figura 1: A) Representação de Hans Staden (1557) sobre práticas cerâmicas das mulheres Tamoio; B) Ana Pereira produzindo uma panela em sua casa no Jairê, município de Iguape (Foto: Plácido de Campos Jr., c. 1980, acervo MIS-SP).

## PAISAGENS E GENTES DO SERTÃO CARIOCA

A Baixada de Jacarepaguá, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, tem uma área de aproximadamente 140 km<sup>2</sup>, formando uma paisagem complexa, emoldurada pelo semicírculo montanhoso dos maciços da Pedra Branca e da Tijuca (Figura 2), com até 1km de altitude, drenada por rios que recortam a planície, formando ecótonos que incluem brejos, lagoas, dunas e beira-mar (REGO, 2010). Essa planície, com aproximadamente 9 por 7 km nos maiores eixos, logo despertou o interesse dos colonizadores, por ser adequada para o cultivo da cana-de-açúcar.

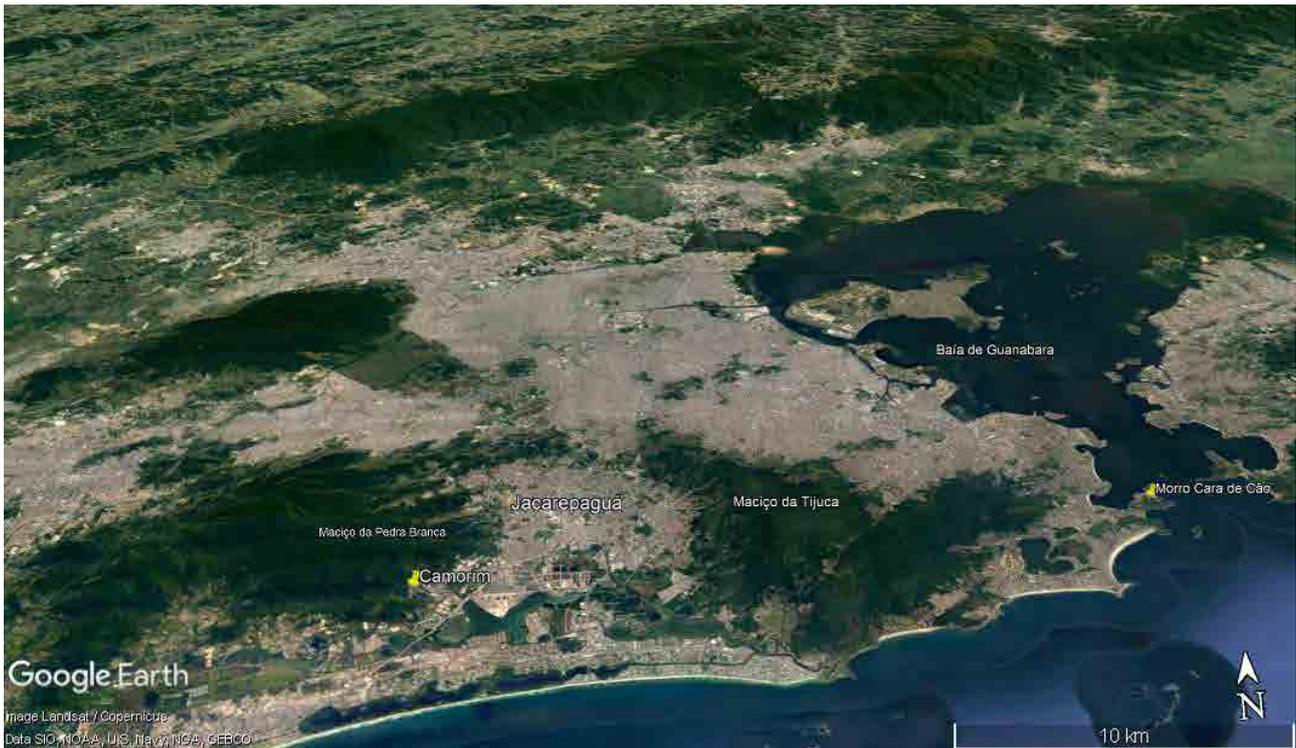


Figura 2: Rio de Janeiro, localizando Jacarepaguá e o Engenho do Camorim. Fonte: Google Earth.

A sua cobertura vegetal foi impactada nos últimos 430 anos com diferentes estratégias de manejo ambiental que, gradativamente, aumentaram as áreas antropizadas: i) planícies desmatadas para inserir canaviais; ii) cafezais; iii) crescente transformação de extensas porções de mata em carvoaria para abastecimento urbano, devastando a Floresta da Tijuca entre o final do século XVIII e o XIX e, posteriormente, impactando parte do Maciço da Pedra Branca nos séculos XIX e XX; iv) reflorestamento da Tijuca, deixada em pousio para se recuperar, tal como na área da Pedra Branca, atualmente com diferentes estágios de sucessão vegetacional; v) urbanização.

A paisagem desse território teve, assim, ao longo do tempo, distintas aparências. Tanto que, na década de 1930, foi chamado de “Sertão Carioca” (CORRÊA, 1936), por caracterizar um modo de vida integrado ao ecossistema de Floresta Atlântica. Ao dissertar sobre a região, Armando Magalhães Corrêa (1936, p. 24) testemunhou haver em Jacarepaguá “uma população laboriosa, bem brasileira, cujos usos e costumes me levaram à denominação de *Sertão Carioca*”. Ele foi sensível, na década de 1920, ao apagamento acadêmico dos saberes tradicionais, sinalizando que:

as observações que colhi, ainda que palidamente descritas, do sertão carioca, o fiz com a convicção de prestar um serviço aos nossos irmãos ignorados, que propositadamente denominei “sertanejos”. Abandonados completamente pelos poderes públicos... vivem esquecidos nessa vasta região do Distrito Federal, como se não fossem brasileiros (CORRÊA, 1936, p. 236).

Corrêa enfatizou que esse apagamento não foi somente acadêmico, mas também consequência da própria política colonialista que reforçava a desigualdade social. Nesse cenário, fez um longo inventário sobre os saberes tradicionais das “gentes” de Jacarepaguá,

que resultaram da articulação de práticas e conhecimentos de pessoas indígenas, africanas e europeias, com correlatos que podem ser encontrados nas comunidades caiçaras e quilombolas dos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Minas Gerais. Tais correlatos precisam ser investigados em seus significados históricos, antropológicos e linguísticos, pois revelam aspectos do compartilhamento de práticas de lugares e tempos diferentes iniciados após 1565.

Apesar da importância estratégica da Baixada de Jacarepaguá para os interesses colonialistas, a sua trajetória social foi abordada de modo desequilibrado (PEIXOTO, 2019). Isso porque alguns historiadores, sociólogos e geógrafos (ABREU, 2010; ARAUJO, 1995; FRIDMAN, 1999; OLIVEIRA, 2014; RUDGE, 1983; VIANNA, 1992), estabeleceram as linhas gerais da sua ocupação, centrando-se basicamente na burocracia colonial dos processos de posse da terra e de personagens da elite portuguesa que a “povoaram”. Porém, são escassas as investigações sobre o papel das mulheres e sobre a população que trabalhou quatro séculos para transformar a paisagem da Floresta Atlântica em muitos engenhos e demais estruturas urbanas, rurais e viárias entre 1580 e o presente. E, mais raras ainda, foram as pesquisas aprofundadas sobre as populações Tamoio (também conhecidos como Tupinambá) e Temiminõ (também conhecidos como Margaiá; grafamos conforme a linguagem fonética), que dominavam a Guanabara quando os europeus chegaram, dedicadas à compreensão de aspectos antropológicos (BELTRÃO; LARAIA, 1969), de generalidades do início da presença europeia (MENDONÇA, 1991) e da população indígena livre que ocupou os aldeamentos aliados dos portugueses (ALMEIDA, 2000).

As residências desta maioria populacional começaram a ser conhecidas com pesquisas interdisciplinares de Geografia e Sociologia, que se debruçaram de maneira promissora sobre os processos de habitação associados com estratégias bioextrativistas e de manejo agroflorestal no interior da Floresta Atlântica na morraria de Jacarepaguá, praticadas até poucos anos atrás. No Parque do Maciço da Pedra Branca, foram identificadas 1.170 carvoarias, distribuídas em 10.000ha pelas morrarias da Baixada, e cerca de 104 sítios residenciais (levantamento em curso, cf. OLIVEIRA; FRAGA, 2020). Essa investigação revelou práticas compartilhadas de ocupação e manejo ambiental entre os territórios litorâneos do sul carioca até o Paraná, que permitem compreender a longa duração das estratégias de subsistência e a vida cotidiana (p. ex.: FERNANDES, 1947; WILLEMS, 1952; FRANÇA, 1954; SCHMIDT, 1958; SCHEUER, 1967; MUSSOLINI, 1980; BEGOSSI; FIGUEIREDO, 1995; HANAZAKI et al., 2000; PERONI; MARTINS, 2000; PERONI; HANAZAKI, 2002; BEGOSSI, 2006; ADAMS, 2000; OLIVEIRA; FERNANDEZ, 2017).

Arqueologicamente, uma das autoras desse artigo (PEIXOTO, 2019) se debruçou sobre a ocupação de Jacarepaguá a partir da instalação dos engenhos de açúcar, analisando as suas implantações na paisagem, investigando mais detidamente a região do Camorim. As escavações arqueológicas realizadas (PEIXOTO, 2019; PEIXOTO; LIMA, 2020a, 2020b) revelaram, em área próxima ao Rio Camorim, os alicerces do que provavelmente foi a casa de purgar, uma das edificações do complexo produtivo açucareiro, e uma área adjacente para descarte de materiais, relativa às primeiras décadas de funcionamento do engenho, entre aproximadamente 1594 e 1667, onde foram resgatados, dentre outros materiais, centenas de fragmentos de cerâmicas

culinárias (Figura 3, cf. PEIXOTO, 2019).



Figura 3: Estruturas do Engenho do Camorim: A) Capela de São Gonçalo do Amarante; B) Casa de Vivenda e C) um dos alicerces do espaço produtivo identificados nas escavações. Mapa e fotos aéreas: Daivisson Santos; Fotos capela e alicerce: Sílvia Peixoto.

A escassez de fontes escritas sobre o Camorim dificulta a compreensão das agências das diferentes pessoas e coletivos. Para superar tal limitação foi necessário combinar teorias e métodos interdisciplinares com registros escritos, oralidades e a cultura material levantada no registro arqueológico, nas coleções museológicas e nas comunidades do presente (BEAUDRY, 1988; LIGHTFOOT, 1995; BATTLE-BAPTISTE, 2011; RUBERTONE, 2020). Posto que tais fontes podem se sobrepôr, conflitar e até oferecer visões antagônicas sobre o passado, a análise deve considerar seus conteúdos independentemente, procurando aspectos que lhes são complementares, visando construir quadros robustos e significativos para uma história ininterrupta do lugar. Assim, é possível alcançar perspectivas sobre o passado que não são acessíveis com linhas únicas de evidência (WILKIE, 2006).

Nesse sentido, para tentar superar tais lacunas, investigamos genealogias, cruzando-as com outros dados históricos e a materialidade, incluindo a análise comparativa de três conjuntos cerâmicos, compondo assim uma metodologia para compreender os efeitos da mobilidade e de relações sociais na formação do registro arqueológico.

## **DE SÃO VICENTE AO CAMORIM, PASSANDO PELA GUANABARA**

Antes de chegarmos no Engenho do Camorim, é necessário compreender aspectos do processo histórico que permitiram a sua existência. Veremos dois casos de comunidades que se deslocaram da Capitania de São Vicente para o Rio de Janeiro, em 1565 e a partir de 1594, em duas situações diferentes, porém motivadas por relações sociais semelhantes. São dois exemplos de como se pode fazer fontes arqueológicas conversarem com fontes históricas.

Com uma perspectiva que pretende descolonizar a narrativa da presença europeia na Guanabara, entendemos que houve o ingresso de portugueses e europeus nas comunidades Tamoio e Temiminõ, e não o contrário. Os portugueses foram inseridos nas relações intertribais como “outros”, integrando as relações indígenas de aliança ou inimizade (ALMEIDA, 2000; PASTOR, 2015). A partir de 1502, esses grupos viram vantagens na relação com os portugueses, assim permanecendo até a década de 1540, quando alguns Tamoios foram capturados e entregues aos Tupiniquim de São Vicente, como narraram Hans Staden, André Thévet e Gabriel Soares de Sousa. A resposta da constelação de comunidades Tamoio entre o Cabo Frio e Ubatuba, foi romper relações com os portugueses, mesmo que depois, eventualmente negociassem com eles. Assim, os Tamoio viram nos franceses uma oportunidade para ampliar relações, permitindo a construção do forte na ilha de Villegagnon. Em vários lugares da costa brasileira houve rupturas semelhantes, com ações indígenas que destruíram assentamentos portugueses, reduzindo a sua presença aos locais em que não havia conflito, como São Vicente.

A invasão da Guanabara só foi possível com a articulação de interesses indígenas e portugueses, tendo contado com a presença minoritária de pessoas africanas e indígenas escravizadas. O ataque de 1560, anos depois da ruptura com os Tamoio, principiou uma guerra de sete anos em duas fases (MENDONÇA, 1991, p. 80-81), inicialmente para expulsar os franceses e, em seguida, subjugar as comunidades Tamoio em uma campanha genocida que perdurou até 1573 perseguindo redutos resistentes entre a Guanabara e Cabo Frio, como antes ocorrera nas guerras para quebrar a resistência Tupinambá e Tupiniquim na Bahia e no Espírito Santo (ALMEIDA, 2000, p. 44-46; PASTOR, 2015). Testemunhas da época relatam a matança de várias comunidades Tamoio e a escravização de mulheres e homens, posteriormente deportadas e escravizadas nos engenhos do Nordeste do Brasil, como no de Mem de Sá (ESPÓLIO, 1963). A guerra, contudo, não foi a principal causa do predomínio da aliança Tupiniquim e portugueses, mas a sequência de surtos epidêmicos que impactou todos os envolvidos no conflito, afetando mais a resistência Tamoio que, após 1567, abandonou a Guanabara e outras áreas litorâneas, indo para o interior

(SOARES DE SOUSA, 1938, p. 96-97), onde estavam seus parentes e aliados, provavelmente no leste de Minas Gerais. Os desdobramentos desses eventos e as consequências da mobilidade forçada por contínuas expedições de extermínio aos bolsões de resistência contra a colonização, resultaram em poucas pessoas auto-identificadas como Tamoio, sendo difícil encontrar registros sobre elas.

O evento mudou completamente a demografia do que ficou conhecido como Rio de Janeiro, povoado pelo deslocamento de pessoas de diferentes lugares desde 1565, salvo as comunidades Temiminõ, aliadas dos portugueses. A situação equivale à perspectiva de colonialismo de Patrick Wolfe (2006, p. 388): “a eliminação é a consequência sobre aqueles que ficaram no caminho dos colonizadores, pois a territorialidade é o elemento específico e irreduzível do colonialismo, objetivo que leva à eliminação étnica, religiosa, ‘racial’ e intelectual”.

Em realidade houve duas guerras: uma narrada nas fontes europeias, enfatizando os feitos portugueses; a outra, invisibilizada, a guerra de vingança entre os Tamoio e os Temiminõ, e entre os Tamoio e os Tupiniquim, que se desenrolavam desde muito antes dos europeus chegarem (ver a vingança in FERNANDES, 1970; CUNHA; CASTRO, 1985; no caso específico do Rio de Janeiro, cf. PASTOR, 2015). Para além dos objetivos portugueses, é necessário entender o que levou ao engajamento, como no caso das pessoas Tupiniquim de São Vicente, incluindo o seu papel destacado durante sete anos e, depois, na formação e história dos assentamentos.

A partir de 1567, a narrativa europeia da construção da “colônia” teve vários protagonistas portugueses, distribuídos em grupos de alianças estratégicas e de parentesco, articulados de formas diversas para realizar seus interesses. Como mostrou João Fragoso (2001, 2007), foi a cumplicidade que reuniu “bandos” de pessoas na “teia de alianças que as famílias da fidalguia tropical criavam entre si e outros grupos sociais, tendo por objetivo a hegemonia política ou a sua manutenção”, especialmente senhores de engenho não nobres, oficiais do rei e comerciantes. Essa teia ramificava-se ao redor do Atlântico, nutrindo com butins as suas famílias e o grupo ao redor do trono português.

Os “outros grupos sociais” eram majoritariamente constituídos por indígenas aliados e parentes dos portugueses e demais europeus fora da nobreza e da burocracia, e por pessoas escravizadas (cujo tamanho é difícil estimar). Aqui esbarramos no *modus operandi* patriarcalista de produzir as fontes portuguesas, lacunar, sucinto ou apagando dados sobre as pessoas indígenas, africanas e não nobres, obrigando a uma hermenêutica específica para extrair mais informações dos relatos e burocracias da invasão, massacre e primeiras décadas do Rio de Janeiro. Além disso, há o problema semântico a ser superado, tanto para compreender o significado demográfico no texto, quanto relativizar as entidades homogêneas, como “portugueses” e “indígenas”, buscando entender particularidades individuais e coletivas (SALLUM; NOELLI, 2021). Essa abordagem faz emergir do laconismo, por exemplo, novas compreensões sobre demografia, relações sociais, produção e consumo de materialidade e uso da terra, abandonando as narrativas focadas apenas nos homens europeus, buscando superar o apagamento dos homens e mulheres indígenas e africanas. Após examinar milhares de páginas de documentos, Elysio de Oliveira

Belchior (1965), no livro *Conquistadores e povoadores do Rio de Janeiro*, encontrou centenas de homens europeus, nove mulheres indígenas e europeias, quatorze homens indígenas e nenhuma pessoa da África ou afrodescendente (o banco de dados *Trans-Atlantic Slave Trade* indica que o primeiro desembarque no Rio de Janeiro foi em 1597, mas não deu conta de africanos que desembarcaram em outras circunstâncias, geralmente um ou poucos indivíduos). Também não conseguiu fazer aparecer a maior parte da população, composta por indígenas livres das comunidades de parentes e afins dos portugueses. Felizmente, novas pesquisas vêm conseguindo identificar mais pessoas, como Júlio (2022, p. 59), que ampliou a lista para 27 mulheres (incluindo as 9 anteriores), mostrando que superar a “tímida presença das índias na historiografia tem a ver também com as formas de abordar as fontes e com a seleção de determinados aspectos da experiência histórica das mulheres indígenas”.

As análises hermenêuticas e semânticas das fontes, inspiradas em Melià (1986), permitem estimar números demográficos em fontes sem dados numéricos e compreender o significado de diversos conteúdos dos textos antigos, como o papel social e político das pessoas e das suas articulações com as comunidades indígenas para cumprir os seus objetivos. Também, permite verificar que uma pessoa “indígena” ou “europeia” pode significar alguém com a sua família, considerando um tamanho mínimo conservador de 4 indivíduos (casal e duas crianças), que pode ser ampliado conforme o caso, até uma família extensa. Como exemplo, temos o português Jorge Ferreira, que a partir de 1531 viveu 42 anos nas comunidades Tupiniquim, com as quais integrou a invasão e conquista do Rio de Janeiro. Através dele encontramos um raro documento que, cruzado com outros, permite compreender o significado demográfico de uma liderança Tupiniquim ou portuguesa de família extensa, da criação de descendência, da chegada ao poder na sociedade indígena, de articular a colaboração nas comunidades agroflorestais e, no contexto colonial, no desenvolvimento de uma *plantation*. A análise pode ser desdobrada para quantificar ou estimar o tamanho e o tipo da rede de relações, e mostrar o quanto um personagem pode revelar sobre a história de muitas outras pessoas invisibilizadas nas fontes escritas. A historiografia tradicional representa Ferreira como o protótipo do patriarcalismo historiográfico, o jovem nobre guerreiro casado com uma “mameluca”, dono de sesmaria na Capitania de Santo Amaro, proeminente na liderança Tupiniquim na defesa contra os Tamoio e líder nas guerras do Rio de Janeiro e Cabo Frio (p. ex.: FRANCO, 1954, p. 158; BELCHIOR, 1965, p. 208-210). Contudo, ao declarar seus serviços ao rei, em 1573, Ferreira (1937, p. 265) revelou o seu significado mais “realista” em termos demográficos e sociais, como “um” português “estar” entre os Tupiniquim, recordando que veio ao Rio de Janeiro

guerrear os franceses e os tamoios, nosos inimigos, sendo ele [...] capitão em São Vicente, estando esta cidade [Rio de Janeiro] em guerra, [veio] socorrer com muita gente e mantimentos, e armas com seus filhos e netos e cunhados, e parentes, e amigos e hora se veio com toda [a sua] casa, mulher e filhos e criados e família para ajudar a povoar e enobrecer esta terra.

Indígena ou europeia, a capacidade de agregação consanguínea e por afinidade dependia

do prestígio reiterado pela continuidade da “política de consideração” com a coletividade (KELLY; MATOS, 2019), em nada equivalente à posição individual na sociedade europeia. Portanto, não colaborar, não ser referência ou não ter a consideração de outrem é o mesmo que perder a humanidade, como vimos nas relações de parte dos Tupiniquim e portugueses em São Vicente (SALLUM; NOELLI, 2021a). O prestígio nada tinha a ver com a desigualdade social portuguesa, tanto que o sogro de Ferreira, João Ramalho, não era nobre, mas era considerado nas comunidades Tupiniquim, como ressaltaram diversas fontes, a exemplo de dois relatórios de um jesuíta (1553 e 1555):

el más antiguo hombre que hay en esta tierra. Tiene muchos hijos y muy aparentados en todo este sertón porque es muy conocido y venerado entre los gentiles, **y tiene hijas casadas con los principales hombres de esta Capitanía** (NÓBREGA, 1956b, p. 525)

**toda su vida y de sus hijos es conforme a la de los indios**, y es una *petra scandali* para nosotros, porque su vida es principal estorbo para con la gentilidad, que tenemos, por él ser muy conocido y muy aparentado con los indios. Tienen muchas mujeres él y sus hijos, andan con hermanas y tienen hijos de ellas así el padre como los hijos. Sus hijos van a guerra con los indios, y sus fiestas son de indios y así viven andando nudos como los mismos indios (NÓBREGA, 1956a, p. 498).

Ferreira foi casado com Joana Ramalho, com quem possivelmente liderou um lar poligínico, como seu sogro e cunhados. Contudo, antes disso precisou ser reconhecido publicamente pelos seus méritos pessoais para ter prestígio, família, roças e afins, pois os seus privilégios portugueses de nobreza e títulos fundiários não valiam na comunidade Tupiniquim. O desafio é compreender como Ferreira conseguiu cumprir as exigências para ser uma liderança Tupiniquim e ter a proeminência que alcançou na maturidade. Antes de alcançar tais posições, precisou adquirir status colaborando nas atividades cotidianas do sogro e dos afins dele, incluindo as expedições guerreiras e de escravização, procurando oportunidades para se converter “matador”, renovando o seu prestígio público e, como todos os Tupiniquim, teve que “adquirir novos nomes e os requisitos para estabelecer seus domicílios, pois as mulheres 'recusavam quem não matava'” (CUNHA e CASTRO, 1985). A comunidade de Ferreira estava na fronteira com os Tamoio, posição propícia para conquistar prestígio público combatendo-os anualmente, como relatam as fontes entre 1549 e 1560, fator que colocava entre os primeiros que os Tamoio queriam capturar para vingar os seus mortos. Essa circunstância mobilizou o engajamento Tupiniquim para ir guerrear em pleno território Tamoio no Rio de Janeiro, a fim também de vingar os seus mortos, representados aqui por um evento ocorrido em 1554, narrado por Hans Staden (1557, cap. 43, 1974, p. 129), sobre “um português por nome Jorge Ferreira, filho de um capitão, que o havia tido de uma mulher selvagem”, que foi morto e sacrificado pelos Tamoio. Porém, consideramos essa morte como apenas uma entre outras tantas dos parentes e afins de Jorge Ferreira, sendo um dos fatores da coesão da comunidade na resistência local e, posteriormente, na mobilização para ir ao Rio de Janeiro, sendo a vingança mais importante que o alistamento nas tropas portuguesas.

Aqui destacamos a colaboração entre gêneros, a espinha dorsal das comunidades

Tupiniquim, rompendo com o padrão explicativo tradicional que esquece e apaga as mulheres (SALLUM; NOELLI, 2021b). Joana Ramalho representa o perfil comum das mulheres Tupiniquim, que integravam ativamente as suas comunidades de práticas, realizando o manejo das roças, produzindo a segurança alimentar e diversas materialidades, incluindo as cerâmicas analisadas neste artigo. Joana não deve ser considerada como uma nobre portuguesa a ser servida, mas alguém para dar o exemplo repetindo a realização de tarefas cotidianas e ser uma referência por isso, tal como Jorge, em práticas comunitárias que duraram diferentemente entre as comunidades, para algumas até o final do século XVII, para outras até o presente.

Poderíamos mostrar mais sobre a vida de Joana e Jorge em colaboração com a comunidade, e na participação ativa na captura, tráfico e gestão de pessoas escravizadas, mas aqui importa colocá-los com a sua família e afins na “Cidade Velha” do Rio de Janeiro, entre março de 1565 e o segundo semestre de 1567. Conforme relata Vicente do Salvador (2010, p. 202), na *História do Brasil*, concluída em 1627, Jorge Ferreira e o “seu gentio” ficaram assentados por dois anos em um acampamento fortificado entre os morros Cara de Cão e o Pão de Açúcar, de onde saíam para atacar as comunidades Tamoio. Ali estiveram vários outros portugueses de São Vicente com relações semelhantes às de Ferreira, como Antônio de Mariz e Isabel Velho, e a sua filha Isabel de Mariz, casada com Crispim da Cunha Tenreiro (BELCHIOR, 1965, p. 154-155, 312-315; FRANCO, 1954, p. 235). Isabel, Crispim e seus afins continuaram a residir na área da Cidade Velha, em sesmaria própria, para além de 1579. Na mesma situação vieram de Bertioga os irmãos “mamelucos” André, Diogo e Domingos Braga (BELCHIOR, 1965, p. 93-95), descritos em 1554 como filhos de pai português e “uma senhora brasileira. Eram cristãos, igualmente hábeis e experientes na arte guerreira cristã, como na selvagem, dominando ambas as línguas” (STADEN, 1557, cap. XV, 1974, p. 74).

O fato é que as mulheres estavam na invasão do Rio de Janeiro, inclusive foram ameaçadas de serem aprisionadas e devoradas pelos Tamoio, quando eles e os franceses atacaram a Cidade Velha durante a sua edificação, no primeiro semestre de 1565 (CAXA, 1960, p. 258). Alguns anos depois da mudança para o Morro do Castelo, quando a maioria dos homens saiu para escravizar pessoas longe dali, elas rechaçaram um ataque de Tamoios e franceses: “As mulheres dos portugueses, vestidas como homens, e arma[da]s com suas bandeiras e tambores e capitoa, fizeram corpo e gestos que vissem os franceses aquela gente pela praia” (SOUSA, 1965, p. 7).

Antes do ataque de 1565, Anchieta (1960, p. 247, 249) descreveu os momentos iniciais do assentamento e da falta de suprimentos que afetava a força invasora, declarando que junto ao Morro Cara de Cão

tomavam por achaque, principalmente os índios, não terem que comer, e que dentro do Rio, com os combates que esperavam ter dos Tamoios, sofreriam melhor a fome e começariam a roçar e cercar o lugar o lugar onde estava assentado que se avia de fundar a povoação,... que foi o ultimo [dia] de fevereiro ou primeiro de março [de 1565], começaram a roçar em terra com grande fervor e cortar madeira para a cerca, sem querer saber dos Tamoios nem dos Franceses.

Depois de um mês, já

tinham feito muitas roças em derredor da cerca, plantado alguns legumes e inhames, e determinavam de ir a algumas roças dos Tamoios a buscar alguma mandioca para comer, e a rama dela para plantar (ANCHIETA, 1960, p. 252).

A área do assentamento era exígua e arenosa, perto de 5 hectares cobertos com mata de restinga semelhantes à da vizinha Praia Vermelha (BARTHOLOMEU et al., 2014), entre os morros escarpados de rochas metamórficas do Pão de Açúcar e do Cara de Cão. Tinha uma “lagoa de ruim água” (ANCHIETA, 1960, p. 248), indicador de local alagadiço, reduzindo a área para edificar e plantar, pois os “inhames” (cará = dioscóreas) e a mandioca não toleram solos alagadiços ou mal drenados. Tais limitações foram, provavelmente, superadas com o assentamento nas encostas do Morro Cara de Cão, em clareiras onde foram extraídas lenha e madeiras para as construções e a cerca defensiva. O plantio foi das mulheres, a quem cabia essa parte do manejo agroflorestal após a derrubada das árvores, e que também deviam executar outros aspectos da logística do assentamento e da guerra, provavelmente com algumas delas participando dos combates.

Esse coletivo deixou evidências materiais que foram encontradas na pesquisa histórica e arqueológica de Ane Elisabeth Modesti Simões na área da “Cidade Velha” e no “Morro Cara de Cão”. São registros arqueológicos datados entre o final do século XVI e meados do XVII, quando o lugar foi abandonado, parecendo “ter mergulhado num sono profundo” pela transformação do local em base militar, até ser reocupado no século XIX (SIMÕES, 2020, p. 92). Os registros ao redor do Morro Cara de Cão mostram evidências de um padrão de assentamento semelhante ao referido acima, no Parque do Maciço da Pedra Branca (OLIVEIRA; FRAGA, 2020), com as encostas dos dois lugares servindo como áreas de bioextrativismo de lenha, plantas medicinais, matérias-primas e alimentos e, quando a topografia das encostas configurava platôs, eram transformadas em clareiras para residir e manejar roças, liberando a planície para fortificação, estruturas diversas e algumas habitações, no caso da “Cidade Velha”, e para o canavial, no caso de Jacarepaguá. O manejo foi registrado em uma imagem resgatada por Simões (2020, p. 82), representando o assentamento do Rio de Janeiro após a mudança da Cidade Velha para o Morro do Castelo, na *Carte de la côte du Brésil*, desenhada em 1579 por Jacques de Vau de Claye (<https://catalogue.bnf.fr/ark:/12148/cb40623841f>). A figura 4 mostra a palavra “jardyns” (*jardins*) entre árvores em uma encosta, cuja etimologia da língua francesa dá significado ao lugar cultivado com plantas úteis, justamente no contexto onde está o Morro Cara de Cão. Outro resultado muito importante de Simões (2020, p. 95-104), que confirma a presença das mulheres Tupiniquim no local, são os 200 fragmentos roletados com “tecnologia Tupiguarani pré-colonial e de contato” com “elementos europeus” encontrados na área do assentamento (apenas 2 fragmentos torneados na amostra), cujas características serão detalhadas mais a frente. Contudo, por outras circunstâncias, as mulheres Tupiniquim estiveram ainda mais longe, nos confins da Baixada de Jacarepaguá, contribuindo na criação de um engenho cujo contexto guarda muitas semelhanças com o que se desenrolou no Cara de Cão.



Figura 4: Área central do Rio de Janeiro, com destaque para áreas de cultivo na encosta de morros, fragmento da *Carte de la côte du Brésil* (1579), por Jacques de Vau de Claye (fonte: Bibliothèque nationale de France).

## O ENGENHO DO “KAMURI”

Em 1610, o jesuíta Jácome Monteiro (1949, p. 397) relatou que havia entre

a Guaratiba e o Rio de Janeiro (...) um porto causado de um rio que desce do sertão, por nome Pojuca [sic], navegável de embarcações pequenas... De frente do Pojuca se faz uma alagoa de légua e meia de comprido, e pouco mais de meia de largo, farta de pescado; é nomeado [referido aqui] por respeito de dois engenhos de açúcar e que ele dá o principal socorro e meneio.

Essa descrição da paisagem da Barra da Tijuca refere os engenhos d'Água e Camorim, situados próximos da lagoa do “kamuri”, nome Tupiniquim do peixe robalo, propriedades dos irmãos Martim e Gonçalo Correia de Sá, operando na imensa sesmária da “Tiguga”, concedida em 1594. A posse foi certificada pelo rei português em 1597 e ocupava toda a Baixada de Jacarepaguá, entre a Barra da Tijuca e o Morro do Grumari no litoral e, no interior, alcançava o centro do arco divisor de águas dos maciços da Tijuca e da Pedra Branca, lindeira com as sesmarias dos “padres de Jesus e [d]o concelho desta cidade” (SESMARIA, 1967, p. 38; RUDGE, 1983, p. 11-12). Porém, desde antes já era propriedade dos Sá, os “maiores latifundiários do Rio de Janeiro” (BELCHIOR, 1965, p. 413) e, provavelmente, de todas as colônias lusas na costa do Brasil (BOXER, 1952, p. 140), cabendo lembrar que em 1590 a comunidade de portugueses em que viviam os Sá tinha cerca de 280 pessoas (SOARES, 1965, p. 11; CARRARA, 2014, p. 7), não computando a sua descendência com as mulheres indígenas, nem os indígenas livres, a exemplo dos Tupiniquim que vieram para o Camorim. Em março de 1622, Gonçalo pediu e recebeu a concessão das terras entre o rio Pavuna,

as faldas da serra da Pedra Branca, o rio Pirapitinguí (atual Camorim) e a Serra da Curicica, “que são dois morros divididos, um em cima do outro” (Morro Dois Irmãos) (RUDGE, 1983, p. 19).

A gênese e a história inicial do Camorim resultaram do casamento de Gonçalo com Esperança da Costa. Nascida na Capitania de São Vicente (após 1580), ela descendia de 5 gerações de mulheres Tupiniquim e “mamelucas” (LEME, 1905, p. 112-113). Na linhagem dos antepassados masculinos, apenas o pai de Esperança não era português, mas “mameluco” filho de português e mãe indígena (Tupiniquim?) ou “mameluca” de nome desconhecido (Figura 5).

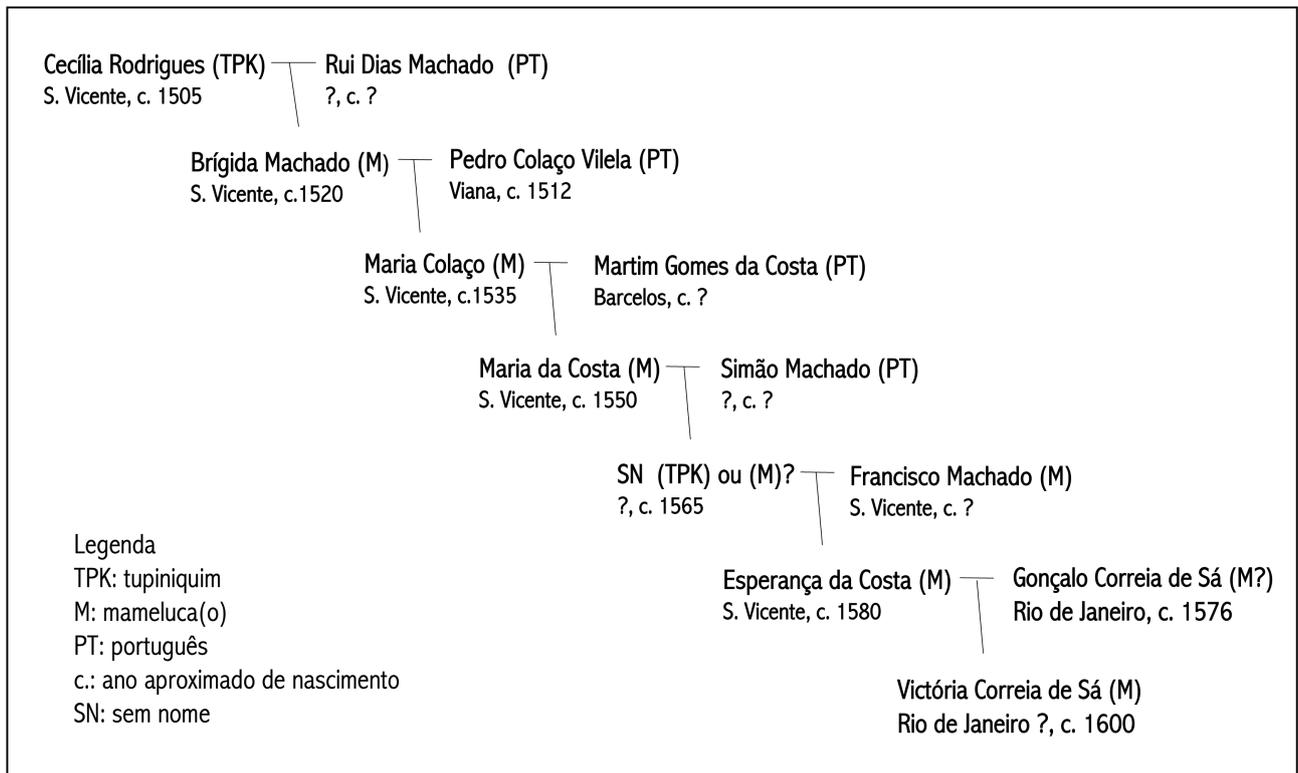


Figura 5: Linhagem das ancestrais de Esperança da Costa, em São Vicente.

A data não é conhecida, mas a união deles foi ao redor de 1594, quando Gonçalo estaria com Martim nos ataques para escravizar pessoas nos territórios Tamoio no médio vale do rio Paraíba (KNIVET, 1906). Para casar, não bastava acertar interesses entre as famílias no modo patriarcal português; Gonçalo precisou se engajar nessas operações para repetir a prática da maioria dos portugueses daquela parte do Brasil, como Jorge Ferreira e João Ramalho, construindo a sua reputação para ser incluído em uma comunidade através de parentesco e afinidades, multiplicando a capacidade de conquistar terras, extrair riquezas dos recursos naturais e da energia de pessoas livres e escravizadas para fazer o seu novo engenho funcionar. Seguindo o costume Tupiniquim, Gonçalo atuou para ser incluído na família de Esperança e entre os seus afins, e, para manter-se entre eles, exerceu uma política de consideração que reiterasse as suas práticas e ações, incluindo matar em vingança do interesse comunitário. Era a única opção para trazê-los a Jacarepaguá e formar a primeira comunidade de pessoas livres que construiu o Camorim, ocupando os postos-chave na gestão do engenho. Também foi uma estratégia de

manutenção das alianças com os bandos paulistas, formadas a partir da invasão da Guanabara e que articulavam múltiplos negócios, incluindo capturar e escravizar pessoas, investindo em expedições a partir do Rio de Janeiro e de São Vicente, das quais Martim aparece desde 1594 e, a seguir, Gonçalo, quando tinham entre 19 e 17 anos, respectivamente (FRANCO, 1954, p. 345). Essas relações seriam determinantes quando Gonçalo foi capitão-mór de São Paulo por três anos (1617-1620), sucedido pelo seu irmão Martim, que também representou a burocracia colonial na busca de metais preciosos.

A pesquisa genealógica está em andamento desde 2020 (SALLUM; NOELLI, 2021a), mas há informações suficientes para mostrar que partes da complexa rede de parentesco se deslocou de São Vicente. Por exemplo, em 1628, viviam no Camorim pessoas da linhagem materna de Esperança, como Antônio da Costa (RUDGE, 1983, p. 36); ou Ana da Costa, que aparece em 1638 no vizinho Engenho d'Água (RUDGE, 1983, p. 27), mostrando a extensão das relações entre os engenhos dos Sá. O testamento de Victória Correia de Sá (1667), mostra pessoas livres e escravizadas que viviam no Camorim, abrindo possibilidades para futuramente mapear quem viveu e deixou descendentes na propriedade entre 1594 e 1667. De outro lado, encontramos pontas da rede de relações entre Gonçalo e parentes de Esperança, elos que evidenciam articulações de interesses, negócios e colaborações entre os bandos do Rio de Janeiro e da Capitania de São Vicente. O livro das sesmarias mostra que Gonçalo, enquanto foi capitão-mór em São Vicente, teve como escrivães dois primos da linhagem paterna de Esperança: Vasco da Mota 44 vezes e Simão Machado 5 vezes, totalizando 49 assinaturas em 53 concessões e traslados (92,45% do total) (SESMARIAS, 1939). A análise preliminar dos 53 documentos de posse, mostra que 10 (18.86%) foram dados para pessoas com sobrenome “da Costa” e 2 (3.77%) para “Machado”, totalizando 12 (22.64%) das concessões na gestão de Gonçalo.

Ainda não temos dados seriados sobre a demografia de pessoas livres e escravizadas indígenas e africanas, mas encontramos duas informações pontuais no período 1594-1667. A primeira é de 1628, no documento de transferência da posse do Camorim para Victória, que relata 40 “pessoas entre de Guiné e da terra” escravizadas no engenho (RUDGE, 1983, p. 36). A mesma fonte referiu que “havia de entrar *dois negros do gentio da Guiné, um ferreiro e outro oleiro e assim mais entrarão na dita conta três moços, um carpinteiro e dois serradores do gentio da terra*”, pessoas que o documento não define se eram escravizadas ou livres (RUDGE, op. cit. loc. cit.), mas o oleiro certamente era especialista na produção de cerâmica do açúcar, treinado com técnicas portuguesas. O documento foi elaborado no casamento de Victória com Luis de Céspedes y Xéria, governador do Paraguai (1628-1633), união estratégica para futuros investimentos no patrimônio dos Sá e mais um reforço na relação com os paulistas. Céspedes foi exercer a sua governança no Paraguai, mas terminou acusado com um processo que o afastou do cargo em 1633, por enviar escravos para o seu engenho e permitir o trânsito dos “de São Paulo” em territórios que os colonos espanhóis consideravam do seu rei.

O resultado das relações parentais com São Paulo continuava firme em 1631, referidas no processo contra Luis Céspedes, relatando que ele despachou por Buenos Aires com “unos

parientes de su mujer, que havian entrado por San Pablo, cantidad de plata labrada” (URQUIZA, 1951, p. 414). Um desses parentes era Calisto da Mota, irmão de Vasco da Mota referido acima, ambos primos de Victória em primeiro grau, filhos da irmã de Esperança, Luísa Machado, com Atanásio da Mota (FRANCO, 1954, p. 261-262), citado como “Calisto de la Mota... el qual es pariente de la muger del dicho gobernador y vino al Paraguay con la dicha gobernadora” (op. cit., p. 413). Eles foram citados no processo em que Luis de Céspedes é acusado de “trato y conçierto con los Portugueses de q le pusiesen 600 yndios en su ingenio” (op. cit., p. 414). Apesar disso, ainda não encontramos provas da chegada dessas centenas de pessoas no engenho, mas ao encontrar relações parentais de Victória com os Mota, pelo lado paterno, abrimos um caminho para futuramente rastrear a mobilidade de escravizados pelos “bandeirantes” desde o Guairá até São Paulo e o Rio de Janeiro.

### **A CERÂMICA PAULISTA NO CAMORIM: REDES DE RELAÇÕES E PRÁTICAS DAS MULHERES**

As vasilhas da Cerâmica Paulista escavadas no Camorim, nos termos da arqueologia, resultaram de uma mobilidade humana que contribuiu para um “itinerário dos objetos”, com uma “vida ativa antes, durante e depois das interações com humanos” (JOYCE; GILLESPIE, 2015). Tais interações permitem compreender melhor “como objetos podem moldar os humanos, mas também de como os humanos podem moldar os objetos” (SHERIDAN, 2018). Enfim, seria como os significados das práticas do povo Xakriabá, conforme Célia Xakriabá (2020):

A cerâmica e o artesanato de barro carregam significados que vão muito além do objeto que é produzido, trazendo consigo habilidades e gestos peculiares que moldam um pote ou uma panela. Muito mais do que produtos em si, esses objetos possuem uma imaterialidade, uma subjetividade que carrega valores simbólicos. Cada peça de barro produzida carrega parte do território, não apenas como lugar de morada do corpo, mas também no que se reapresenta como lugar sagrado de morada da alma.

Essas vasilhas, como indicou a análise da pasta (PEIXOTO, 2019, p. 309-316), foram produzidas localmente com sedimentos da área do Camorim. Não eram, a exemplo do que levantamos até agora em coleções da cerâmica paulista, cópias de modelos ideais, mas também não eram formas aleatórias (NOELLI; SALLUM, 2020b, p. 135). Assim, a amostra do Camorim apresenta, em grande medida, aspectos definidores da “Cerâmica Paulista” (Figura 6), possuindo “paradoxalmente, uma padronização marcada por elevada variabilidade morfológica e de combinações de tratamentos de superfície”, variabilidade que “resultava de inúmeras combinações de um vasto repertório” transmitido para cada nova geração de ceramistas, sendo a padronização “a própria variabilidade, a tal ponto que a diferença era a norma que tornava as morfologias tão semelhantes por tanto tempo” (NOELLI; SALLUM, 2019, p. 711).



Figura 6: Cerâmica Paulista e exemplares (fragmentos) do Engenho do Camorim: a) panela de Apiaí (Vale do Ribeira/SP), coletada por Herta Scheuer, acervo do MAE-UFPR; b) vasilha do Engenho dos Erasmos (Santos/SP), acervo MAE-USP, reconstrução de Carolina Guedes (SALLUM; GUEDES; NOELLI, 2021); c) panela de Itapeva (acervo do Museu Histórico de Itapeva, sítio HCR; Araújo 2011, reconstrução de C. Guedes); d) panela do sítio PR-TI-9 (CHMYZ et al., 2016); e) boião, Barra de Areias (acervo MAE-UFPR); f) pratos de Apiaí (Vale do Ribeira/SP) (MAGRINI, 2019).

Em linhas gerais, são vasilhas com paredes levantadas através da técnica do roletado e que apresentam lábios arredondados ou retos, bordas direta, introvertida ou extrovertida (simples, com reforço interno ou externo), asas e alças, bases planas, além de superfícies externas riscadas e/ou sabugadas (“escovadas”), corrugadas, com incisos lineares e ondulados, pintura e engobo/banho (vermelho), com impressão à taquarinha, elementos característicos da Cerâmica Paulista (NOELLI; SALLUM, 2020). A análise do tratamento de superfície foi baseada nas observações de campo de Scheuer (1967, 1976) e nos experimentos de Sallum (2011), para replicar técnicas da Cerâmica Paulista do século XVIII, no sítio Gramado (Brotas-SP). Algumas panelas têm a superfície do pescoço ou colo recobertos com uma placa de espessura mínima, suficiente para ser decorada com linhas incisivas diagonais sobre linhas incisivas horizontais (Figura 6c), como releitura do canelado presente na cerâmica comum medieval portuguesa (NOELLI; SALLUM, 2019, p. 716). A impressão à taquarinha (ferramenta com seção cilíndrica com 3 a 9mm de diâmetro, com caules dos gêneros *Guadua* e *Merostachys*), descrita por Scheuer (1976), é uma técnica decorativa aplicada quando a superfície tem umidade anterior ao “ponto de couro”, podendo resultar em muitas variações, que

dependem do diâmetro da taquarinha, da força aplicada pela ceramista, do ângulo da aplicação, tanto que o pesquisador precisa estar atento para não associar erroneamente a outras técnicas. O mesmo se poderia mencionar das impressões à concha e à cuia, que deixam as marcas do que se convencionou chamar “ungulado” no Brasil. O que se chama de escovado na arqueologia brasileira, Scheuer (1976, p. 36) documentou como técnicas produzidas por instrumento de múltiplas pontas, ou com seções de sabugo de milho com superfície queimada para ter maior rigidez, chamadas como riscado e sabugado pelas ceramistas de São Paulo. Como a superfície do sabugo é variável, com receptáculos de grãos que geram sulcos com larguras e profundidades diferentes, os tratamentos resultam em aparências distintas.

Comparativamente, as peças do Camorim e do Cara de Cão mostraram muitas semelhanças. A pasta foi obtida localmente nos dois sítios, em jazidas com características mineralógicas semelhantes, com variação nas proporções dos seus componentes. No Camorim há maior frequência de Quartzo + Óxido Ferro, seguido por Quartzo + Óxido de Ferro + Mica. No Cara de Cão, a Mica predomina, seguida de Óxido de Ferro e Quartzo poliédrico. Em ambos os locais, a técnica de manufatura é acordelada e modelada (às vezes a base é modelada, de onde parte o primeiro rolete; às vezes a vasilha inteira é modelada, especialmente quando o tamanho é pequeno). Em ambos os locais, a queima foi predominantemente em situações de pouca oxigenação, com percentuais próximos de 90% no Camorim e no Cara de Cão. Em termos morfológicos (Figura 6), a espessura dos fragmentos é tendencialmente fina, com a predominância variando entre 0,4 e 0,8cm no Camorim, e entre 0,4 e 1,0 cm no Cara de Cão. A maior frequência em ambos os locais é da borda direta vertical, seguida pela borda introvertida (Camorim) e extrovertida (Cara de Cão). No Camorim há bordas com reforço externo, enquanto no Cara de Cão há externo e interno. Em ambos os locais, o lábio arredondado predomina, com 68% no Camorim e 92% no Cara de Cão, seguido pelo lábio plano, que apresentou uma porcentagem considerável no Camorim. Foram encontradas apenas três bases no Camorim e uma no Cara de Cão, todas planas. Em ambos os contextos foram encontradas alças/asas (Figura 7): 12 no Camorim e 5 no Cara de Cão. No Camorim foram evidenciados também negativos delas nas paredes de algumas vasilhas. Alguns tratamentos de superfície também apresentaram semelhanças nos dois conjuntos, que foram comparados com exemplares de contextos paulistas e paranaenses (Figura 8).

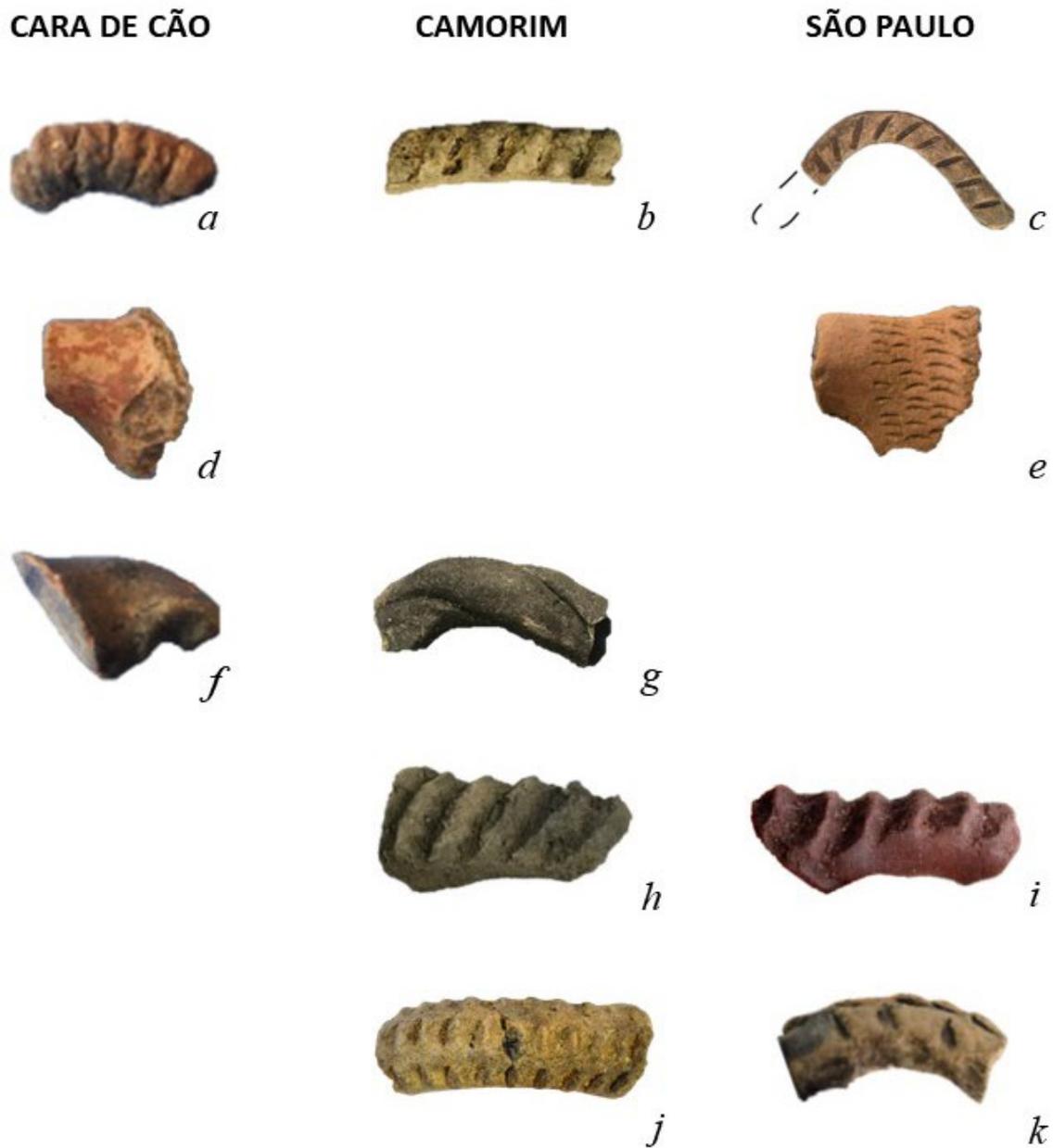


Figura 7: Alças e asas encontradas nos três contextos: a, b) marcas de cuipeva; c) marcas de cuipeva, Peruíbe (SALLUM, 2018); d) alça com pintura vermelha; e) asa com engobo vermelho e impressão à concha, Brotas (SALLUM et al., 2018); f, g) alça torcida; h, i) alça com impressão à taquarinha; j) alça com impressão à taquarinha; k) alça com impressão à taquarinha, São Vicente (acervo MAE-USP). As imagens das colunas Cara de Cão e Engenho do Camorim são, respectivamente de Simões (2020) e Peixoto (2019).

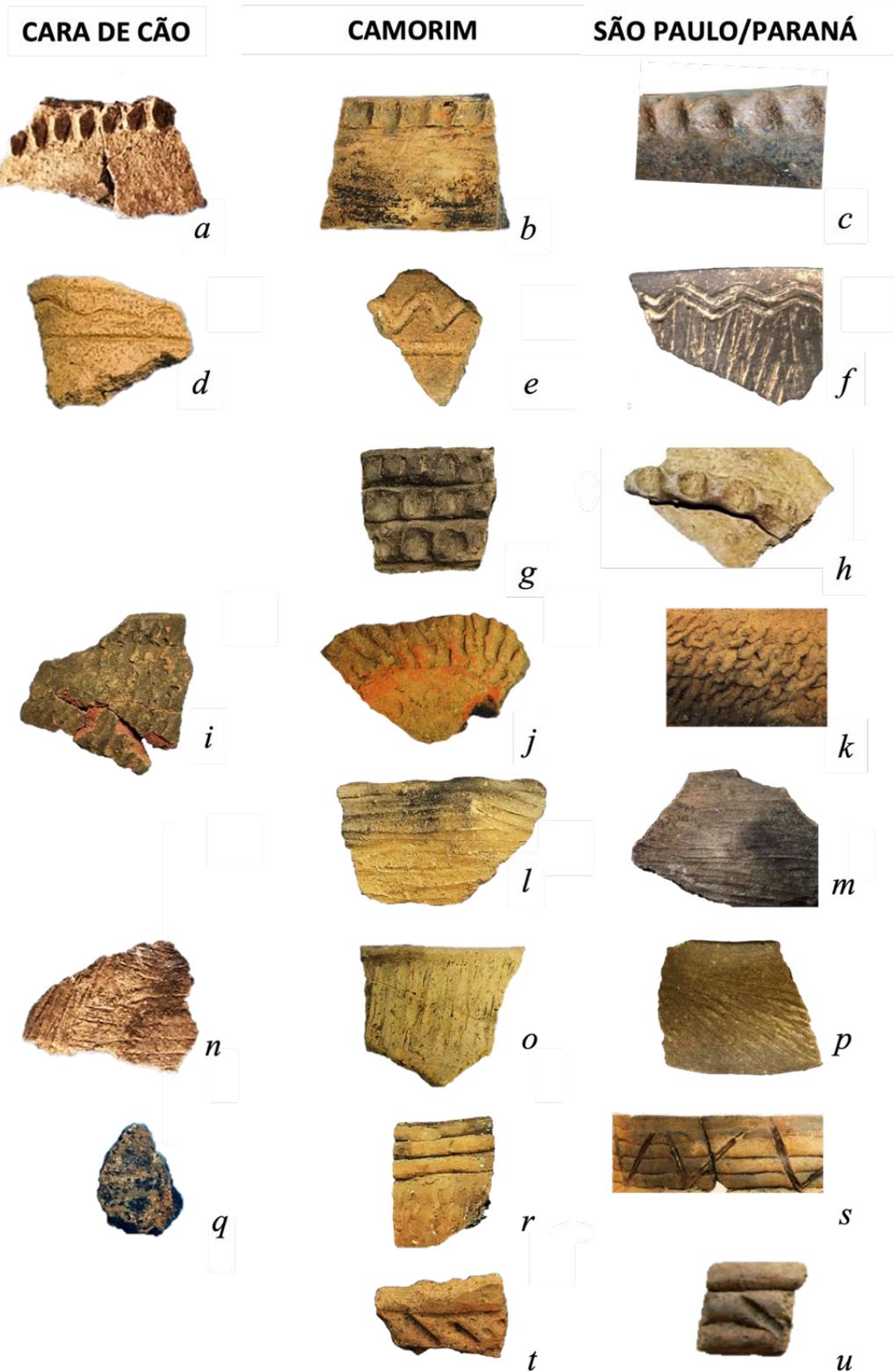


Figura 8: Tipos de tratamento de superfície existentes nos três contextos: a, b) impressão à taquarinha; c) impressão à taquarinha, Apiaí (MAGRINI, 2019); d, e) linhas incisadas onduladas, torno; f) linhas incisadas onduladas, sabugada, acordelado, sítio Morrinhos (São Paulo), acervo do Centro de Arqueologia de São Paulo (MUNSBURG, 2018); g) cordão com impressão de taquarinha; h) cordão com impressão à taquarinha, Antonina (PR); i) i, j) corrugado; k) corrugado (SP) (acervo MAE-USP); l, n, o) sabugado; m, p) sabugado, Peruíbe (SALLUM, 2018); q) rolo aparente; r) placa sobreposta na parede do colo com linhas incisadas horizontais e diagonais (Itapeva) (ARAUJO, 2011); s) torno, incisos horizontais e diagonais; t) rolo aparente, incisos diagonais, Santos (ROBHRAN-GONZÁLEZ; DE BLASIS, 2012). As imagens das colunas Cara de Cão e Engenho do Camorim são, respectivamente de Simões (2020) e Peixoto (2019).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Camorim tem sua trajetória enquanto engenho iniciada no final do século XVI, com uma história que segue no presente com uma comunidade vibrante (CÁCERES, 2014), representativa daquilo que se convencionou chamar de arqueologia da persistência, com histórias de pessoas articulando “intencionalmente certas práticas e identidades relativas à luz de novas economias, políticas e realidades sociais [ ] unindo efetivamente passado e presente numa dinâmica e inquebrável trajetória” (PANICH et al., 2018, p. 11-12). Atualmente abriga pessoas herdeiras de múltiplas memórias, tanto da escravidão como do trabalho livre, com histórias familiares sobre a vida e as práticas do passado que se cruzam com as suas próprias no presente, constituindo um mosaico de resistências, sobrevivências e persistências (RUBERTONE, 2020) contra o acentuado processo de gentrificação que há décadas atinge a região (PEIXOTO, 2015).

Os saberes tradicionais do Camorim, e da região como um todo, resultaram inegavelmente da articulação de práticas e conhecimentos de pessoas indígenas, africanas e europeias, marcados por inúmeros correlatos documentados a partir do século XVI em diversos lugares da região Sudeste. Assim, partindo do pressuposto de que houve compartilhamento de atividades e materialidades que conectavam tempos e lugares diferentes, a nossa abordagem procurou compreender o fazer cerâmico e as relações entre pessoas trabalhadoras que formaram as diversas fases dessa comunidade ao longo dos séculos. Tais conhecimentos foram transmitidos entre as gerações, sendo a sua preservação decorrente da resiliência das pessoas, especialmente mulheres, que mantiveram inúmeras práticas para a sustentabilidade da comunidade do engenho, equilibrando a carga laboral entre a produtividade comercial, a segurança alimentar e a manutenção da materialidade.

Mas, quais papéis tinham essas mulheres no engenho? Qual era, afinal, o lugar das pessoas livres no Camorim e sua relação com as pessoas escravizadas? Quem eram os usuários dessa cerâmica e das outras materialidades produzidas localmente? Qual era a relação de Victória Correia de Sá com as escravizadas para quem ela deixou heranças no seu testamento de 1667? São questões para elucidar na continuidade da pesquisa, pois um ambiente social permeado pela escravidão comportava contradições e extremos na sociabilidade. Demos, contudo, o primeiro passo para apontar e entender quem teria sido apagado, seja no Camorim, no Cara de Cão ou em qualquer outro contexto cujas investigações procuram ultrapassar os laconismos que nos apresentam as fontes escritas disponíveis. Afinal, as fontes não falam, cabendo a quem pesquisa fazer as conexões teóricas e empíricas menos falhas para entrever as muitas práticas em meio ao colonialismo.

## Agradecimentos

O artigo foi escrito no Rio de Janeiro e em Boston, no New England Archaeology Laboratory,

University of Massachusetts, coordenado por Steve Silliman, a quem agradecemos. À Carmelita de Moraes e família, e ao Museu da Imagem e do Som do Estado de São Paulo, pelo uso da fotografia de Plácido de Campos Júnior. À Carol Guedes, pela reconstrução 3D de uma vasilha digital. À Andrea Jundi pela ajuda com as fotografias e a Daivisson Santos pela confecção do mapa e imagens aéreas. Às amigxs/colegas Suzana Munsberg, Ane Elisabeth Modesti Simões, Angela Buarque, Amanda Magrini, Bruna Maria Portela e Sílvio Araújo, por darem sugestões e compartilharem informações e imagens fundamentais. Ao Laboratório de Arqueologia Histórica (LAH) do Museu Nacional/UFRJ e Reserva Técnica da Instituição, pelo acesso aos materiais do Engenho do Camorim. Ao Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal do Paraná, ao Centro de Arqueologia da Cidade de São Paulo, ao Museu Histórico de Itapeva, ao Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, por cederem as imagens de vasilhas e fragmentos. Parte da pesquisa foi financiada por fundos brasileiros através da FAPESP — Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (bolsas 2019/17868—0, 2019/18664—9, 2021/09619-0), e fundos portugueses através da FCT—Fundação para a Ciência e Tecnologia (bolsa 2020.05745.BD).

**REFERÊNCIAS**

- ABREU, Maurício A. *Geografia Histórica do Rio de Janeiro (1502-1700)*, v. 2, Andrea Jacobsson Estúdio, Rio de Janeiro, 2010.
- ADAMS, Cristina. As roças e o manejo da mata atlântica pelos caiçaras: uma revisão. *Interciencia*, v. 25, n. 3, p. 143-150, 2000.
- ALMEIDA, Maria. C. *Os Índios Aldeados no Rio de Janeiro Colonial - Novos Súditos Cristãos do Império Português*. (Tese de Doutorado em Antropologia). Campinas: UNICAMP, 2000.
- ANCHIETA, José. Carta ao provincial de Portugal, baía 9 de julho de 1565. *Monumenta Brasiliae*, v. 4, p. 240-255, 1960.
- ARAÚJO, Carlos. *Jacarepaguá de antigamente*. Belo Horizonte: Carol Borges Editora, 1995.
- ARAÚJO, Sílvio. *Conhecer para preservar: Arqueologia e inclusão social na bacia do Paranapanema superior*. Tese (Doutorado em Arqueologia), São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, 2011.
- BARTHOLOMEU, Robson Lucas; BARROS, Marcia Aguiar de; LOPES, Marcel Rocha Soares; VILELA, Claudia Gutterres; BARTH, Ortrud Monika. Evolução Paleogeográfica da Planície Costeira da Praia Vermelha, Entrada da Baía de Guanabara, Rio de Janeiro, por meio de Registros Palinológicos. *Anuário do Instituto de Geociências – UFRJ*, v. 37, n. 1, p. 92-103, 2014.
- BATTLE-BAPTISTE, Withney. *Black Feminist Archaeology*. Walnut Creek: Left Coast Press, 2011.
- BEAUDRY, Mary. *Documentary Archaeology in the New World*. Cambridge: University Press, 1988.
- BEGOSSI, Alpina. Temporal stability in fishing spots: conservation and co-management in Brazilian artisanal coastal fisheries. *Ecology and Society*, v. 11, n. 1, 2006. <http://www.ecologyandsociety.org/vol11/iss1/art5/>
- BEGOSSI; Alpina. FIGUEIREDO, JL. Ethnoichthyology of southern coastal fishermen: cases from Búzios Island and Sepetiba bay (Brazil). *Bulletin of Marine Science*, v. 56, n. 2, p. 710-717, 1995.
- BELCHIOR, Elysio. O. *Conquistadores e povoadores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira, 1965.
- BELTRÃO, Maria C. M. C.; LARAIA, Roque B. O método arqueológico e a interpretação etnológica. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, v. 52, n. 17, p. 203-217, 1969.
- BOXER, Charles. *Salvador de Sá and the struggle for Brazil and Angola, 1602-1648*. London: The Athlone Press, 1952.
- CÁCERES, Luz S. R. Transformações da Paisagem e a Memória em Camorim. *Antíteses*, v. 7, n. 14, p. 171-198, 2014.
- CARRARA, Ângelo. A população do Brasil, 1570-1700: uma revisão historiográfica. *Tempo*, 20:1-21. 2014.
- CAXA, Quirício. Carta ao Provincial em Portugal, baía 15 de julho de 1565. *Monumenta Brasiliae*, v. 4, p. 255-260, 1960.
- CHMYZ, Igor; SGNAZERLA, Eliane; CECCON, Roseli Santos; GOMES, Ângela. *Diagnóstico*

*arqueológico, histórico e ambiental na área do sítio PR-TI-9: Fazenda Capão Alto, município de Castro, Estado do Paraná - Relatório final.* Curitiba: s.l., 2016.

- CORRÊA, A. M. *O sertão carioca*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1936.
- CUNHA, Manuela C.; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo V. Vingança e temporalidade: Os Tupinambá. *Journal de la Société des Américanistes*, v, 71, n. 1, p. 191-208, 1985.
- ESPÓLIO MEM DE SÁ. *Engenho Sergipe do Conde. Espólio de Mem de Sá (1569-1579). Documentos para a história do açúcar*. Rio de Janeiro: Serviço Especial de Documentação Histórica, v. 3, 1963.
- FERNANDES, Florestan. *A função social da guerra Tupinambá*. São Paulo: Pioneira, 1970.
- FERNANDES, João A. *De cunhã a mameluca: a mulher Tupinambá e o nascimento do Brasil*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003.
- FERNANDES, José L. Contribuição à Geografia da Praia de Leste. *Arquivos do Museu Paranaense*, v. 6, p. 3-35, 1947.
- FERREIRA, Jorge. Treslado da carta de sesmarias desta legoa de terra atras declarada que nos doou Jorge Ferreira da banda do Cabo frio – 1573. *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 57, p. 264-269, 1937.
- FRAGOSO, João. A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII). In: FRAGOSO, João (ed.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 29-71, 2001.
- FRAGOSO, João. Fidalgos e parentes de pretos: notas sobre a nobreza principal da terra do Rio de Janeiro (1600-1750). In: FRAGOSO, João; ALMEIDA, Carla M. C.; SAMPAIO, Antônio C. J. *Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. p. 33-120, 2007.
- FRANÇA, Ary. *A ilha de São Sebastião*. São Paulo: Boletim 178, USP, 1954.
- FRANCO, Francisco A. C. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954.
- FRIDMAN, Fania. *Donos do Rio em Nome do Rei*. Uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro. 2ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor/Garamond, 1999.
- GARCIA, Elisa F. Las categorías de la conquista: las mujeres nativas en el vocabulario del siglo XVI (São Vicente, Brasil). *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, <https://doi.org/10.4000/nuevomundo.75613>, 2019.
- HANAZAKI, Natália; TAMASHIRO, Jorge Y., LEITÃO-Filho, Hermógenes F.; BEGOSSI, Alpina. Diversity of plant uses in two Caiçara communities from Atlantic Forest coast, Brazil. *Biodiversity and Conservation*, v. 9, p. 597-615, 2000.
- JOYCE, Rosemary. D.; GILLESPIE, Suzan. D. Making things out of objects that move. In: Joyce, R.D.; Gillespie, S.D. (Eds). *Things in motion: objects itineraries in anthropological practice*. New Mexico: School for Advanced Research Press, p. 3-21, 2015.
- JÚLIO, Suelen S. *Gentias da terra: gênero e etnia no Rio de Janeiro colonial*. (Tese de Doutorado), Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2022.

- KELLY, José A; MATOS, Marcos. Política de consideração: ação e influência nas terras baixas da América do Sul. *Mana: Estudos de Antropologia Social*, 25(2): 391-426, 2019.
- KNIVET, Anthony. The admirable adventures and strange fortunes of Master Antonie Knivet, which went with Master Thomas Candish in his second voyage to the south sea. In: PURCHAS, Samuel (ed.). *Hakluytus Posthumus or Purchas His Pilgrimes*. Glasgow: James McLehose & Sons, v. 16, p. 177-289, 1906.
- LEME, Luiz G. S. *Genealogia Paulistana*. São Paulo: Duprat, Cia, v. 6, 1905.
- LIGHTFOOT, Kent G. Culture contact studies: redefining the relationship between prehistoric and historical archaeology. *American Antiquity*, v. 60, n. 1, p. 199-217, 1995.
- MAGRINI, Amanda. *Lá no alto, o barro é encantado: A cerâmica do alto vale do Ribeira—SP*. Dissertação (Mestrado em Artes Plásticas), Universidade Estadual Paulista, São Paulo. 2019.
- MAINARDI, Camila. Tupi Guarani: Entre usos e exegeses. *Revista de Antropologia da Universidade Federal de São Carlos*, v. 9, n. 2, p. 73-86, 2017.
- MELIÀ, Bartomeu. La población Guaraní del antiguo Guairá en la historia primera (1541-1632). *El Guaraní: conquistado y reducido*. Asunción: CEADUC/CEPAG, p. 60-89, 1986.
- MENDONÇA, P. K. *O Rio de Janeiro da Pacificação*. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1991.
- MONTEIRO, Jácome. Relação da Província do Brasil, 1610. In: LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, v. 8, p. 393-425, 1949.
- MONTEIRO, John M. Tupis, *Tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo*. Tese (Livre Docência em Antropologia). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2001.
- MUNSBURG, Suzana E. R. *Dos seiscentos aos oitocentos: estudo da variabilidade estilística da cerâmica durante os processos de construção e reconfiguração das identidades paulistanas*. (Dissertação de Mestrado em Arqueologia). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2018.
- MUSSOLINI Gioconda. *Ensaio de antropologia indígena e caiçara*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra; 1980.
- NÓBREGA, Manuel d. Carta ao P. Luís Gonçalves da Câmara, Lisboa. São Vicente, 15 de junho de 1553. *Monumenta Brasiliae*, v. 1, p. 489-503, 1956a.
- NÓBREGA, Manuel d. Carta ao P. Luís Gonçalves da Câmara, Lisboa. Sertão de São Vicente, último de agosto de 1555. *Monumenta Brasiliae*, v. 1, p. 521-527, 1956b.
- NOELLI, Francisco S.; SALLUM, Marianne. A Cerâmica Paulista: cinco séculos de persistência de práticas Tupiniquim em São Paulo e Paraná, Brasil. *Mana: Estudos de Antropologia Social*, v. 25, n. 3, p. 702-742, 2019.
- NOELLI, Francisco S.; SALLUM, Marianne. Comunidades de mulheres ceramistas e a longa trajetória de itinerância da cerâmica paulista. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, v. 34, p. 132-153, 2020b.
- NOELLI, Francisco S.; SALLUM, Marianne. Para cozinhar... as panelas da Cerâmica Paulista.

*Habitus, Revista Goiana do Instituto de Pré-História e Antropologia*, v. 18, n. 2, p. 501–538, 2020a.

- NOELLI, Francisco S.; SALLUM, Marianne. Por uma história da linguagem da Cerâmica Paulista: as práticas compartilhadas pelas mulheres. *Revista Brasileira de Linguística Antropológica*, v. 13, n. 1, p. 367–396, 2021.
- OLIVEIRA, Rogério R.; FERNANDEZ, Annelise. C. F. Entre roças e florestas: passado e presente na Mata Atlântica do estado do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, v. 13, n. 32, p. 777-802, 2017.
- OLIVEIRA, Rogério R.; FRAGA, Joana S. "As águas estão acabando": etno-hidrologia e arqueologia do uso de recursos hídricos por antigos moradores do Maciço da Pedra Branca (Rio de Janeiro). In: OLIVEIRA, Rogério R.; FERNANDEZ, Annelise. C. F. (org.). *Paisagens do sertão carioca: floresta e cidade*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, p. 145-162, 2020.
- PANICH, Lee; ALLEN, Rebecca; GALVAN, Andrew. The archaeology of Native American persistence at mission San José. *Journal of California and Great Basin Anthropology*, v.38, n. 1, p. 11-29, 2018.
- PASTOR, Agnes. *Tamoios contra Tupiniquins. Guerras indígenas, medo portugueses*. (Dissertação de Mestrado em História), Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2015.
- PEIXOTO, Sílvia A. Jacarepaguá, o sertão que virou urbe. In: Jaqueline de Macedo e Rubens de Andrade (orgs.). *Arqueologia de paisagens múltiplas*. Rio de Janeiro: Paisagens Híbridas/ Escola de Belas Artes-UFRJ, p. 92-104, 2015.
- PEIXOTO, Sílvia A. *Jacarepaguá, a "planície dos muitos engenhos": uma arqueologia do sertão carioca*, Rio de Janeiro, século XVII ao XIX. (Tese de Doutorado em Arqueologia). Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.
- PEIXOTO, S. A.; LIMA, T. A. Engenho do Camorim: arqueologia de um espaço açucareiro no Rio de Janeiro seiscentista. *Revista de Arqueologia*, v. 33, n. 1, p. 98–125, 2020a.
- PEIXOTO, S. A.; LIMA, T. A. A planície dos muitos engenhos: uma arqueologia da paisagem do sertão açucareiro. In: OLIVEIRA, R.; FERNANDEZ, A. (orgs.) *Paisagens do sertão carioca: floresta e cidade*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2020b.
- PERONI, Nivaldo; HANAZAKI, N. 2002 Current and lost diversity of cultivated varieties, especially cassava, under swidden cultivation systems in the Brazilian Atlantic Forest. *Agriculture, Ecosystems and Environment* 2002, 92:171-183.
- PERONI, Nivaldo; MARTINS, PS. 2000. Influência da dinâmica agrícola itinerante na geração de diversidade de etnovarietades cultivadas vegetativamente. *Interciencia* 2000, 25:22-29.
- REGO, Luiz F. G. O espaço geográfico visto do espaço orbital. In: Rogério Ribeiro de Oliveira (org.). *As marcas do homem na floresta: história ambiental de um trecho urbano de mata atlântica*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio. p. 51-64, 2010.
- ROBHRAN-GONZÁLEZ, Érika; DE BLASIS, Paulo D. *Paisagens culturais da Baía de Santos*. São Paulo: Documento Antropologia e Arqueologia, 2012.
- RUBERTONE, Patricia. E. *Native Providence: Memory, community, and survivance in the Northeast*. Lincoln: University Press of Nebraska, 2020.

- RUDGE, Raul Telles. *As Sesmarias de Jacarepaguá*. São Paulo: Livraria Kosmos Editora, 1983.
- SALLUM, Marianne. *Estudo do gesto em material cerâmico do Sítio Gramado - município de Brotas, São Paulo*. (Dissertação de Mestrado em Arqueologia). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011.
- SALLUM, Marianne. *Colonialismo e ocupação tupiniquim no litoral sul de São Paulo: uma história de persistência e prática cerâmica*. (Tese de Doutorado em Arqueologia), São Paulo: Universidade de São Paulo, 2018.
- SALLUM, Marianne. Por uma "aliança afetiva" entre a Arqueologia e os Saberes Tradicionais: Contribuições para o entendimento da sociedade moderna no Brasil. *Cadernos do Lepaarq*, v. 19, n. 37, p. 273-300, 2022.
- SALLUM, Marianne; APPOLONI, Carlos; BUTRÓN, Agustín; CECCANTINI, Gregório; AFONSO, Marisa. Estudos de pigmento, pasta e vestígios químicos de cerâmica associados aos povos Tupí do Sítio Gramado (Brotas, São Paulo - Brasil). *Cadernos do Lepaarq*, v. 15, n. 30, p. 191-218, 2018.
- SALLUM, Marianne; NOELLI, Francisco S. An Archaeology of Colonialism and the Persistence of Women Potters' Practices in Brazil: From Tupiniquim to Paulistaware. *International Journal of Historical Archaeology*, v. 24, n. 3, p. 546-570, 2020.
- SALLUM, Marianne; NOELLI, Francisco S. 'A pleasurable job'... Communities of women ceramicists and the long path of Paulistaware in São Paulo. *Journal of Anthropological Archaeology*, v. 61, n. 1, p. 1-12, 2021.
- SALLUM; Marianne; GUEDES, Carolina; NOELLI, Francisco S. *Relatório parcial do material arqueológico do sítio Engenho São Jorge dos Erasmos no MAE-USP*. São Paulo, 2021
- SALVADOR, Vicente. *História do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2010.
- SCHEUER, Herta. Estudo de um núcleo de cerâmica popular. *Arquivos do Museu Paranaense*, v. 1, 1967.
- SCHEUER, H. *Estudo da cerâmica popular do Estado de São Paulo*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1976.
- SCHMIDT, Carlos B. *A lavoura caiçara*. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1958.
- SESMARIA. Carta de Sesmaria das terras e águas de Martim de Sá e Gonçalo Correia de Sá que estão onde se chama a Tiguga. Tombos das Cartas das Sesmarias do Rio de Janeiro, 1594 — 1595/1602-1605. *Publicações do Arquivo Nacional*, v. 60, p. 38-42, 1967.
- SESMARIAS. *Sesmarias*. *Arquivo do Estado de São Paulo*, v. 2 (bis), 1939.
- SIMÕES, Ane E. M. *História esquecida do Rio de Janeiro: as gentes e a paisagem no processo de ocupação da cidade velha e do morro Cara de Cão*. (Dissertação de Mestrado em Arqueologia), Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2020.
- SHERIDAN, Kelton. *A century of ceramics: a study of household practices on the eastern Pequot reservation*. (Dissertação de Mestrado em Arqueologia), Boston: University of Massachusetts, 2018.
- SILLIMAN, Stephen W. Colonialism in Historical Archaeology. IN: ORSER, Charles E; ZARANKIN, Andres; FUNARI, Pedro Paulo; LAWRENCE, Susan; SYMONDS, James (eds.). *Handbook of*

*Global Historical Archaeology*. London: Routledge, 2020, p. 41–60.

SILLIMAN, Stephen W. Colonialismo na Arqueologia Histórica. *Cadernos do Lepaarq*, v. 19, n. 37, 2022.

STADEN, H. *Warhaftige Historia...* Marburg: Andres Kolben, 1557.

STADEN, H. *Duas viagens ao Brasil*. Belo Horizonte\São Paulo: Itatiaia\ EDUSP, 1974.

SOARES, Francisco. *Coisas notáveis do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro. 1965.

SOARES DE SOUSA, Gabriel. *Tratado descritivo do Brasil*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1938

URQUIZA, Francisco de. Três memoriais: 1) capítulos provados na sumária feita contra o governador Luis de Céspedes y Xéria; 2) pontos do processo que já existiam antes de se enviar juiz ao Paraguai; 3) informações e autos, feitos pelo governador Luis de Céspedes y Xéria contra os religiosos da companhia. 1631. In: CORTESÃO, Jaime. (Org). *Manuscritos da Coleção de Angelis. Jesuítas e bandeirantes no Guairá (1549-1640)*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1951, p. 409-424.

VIANNA, Hélio. *Baixada de Jacarepaguá: Sertão e Zona Sul*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes: Departamento Geral de Patrimônio Cultural, 1992.

WILLEMS, Emilio. *Búzios Island*. Seattle: University of Washington Press; 1952.

WILKIE, Laurie. Documentary Archaeology. In: D. Hicks; M.C. Beaudry (Eds.), *The Cambridge Companion to Historical Archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 13-33, 2006.

WOLFE, Patrick. Settler colonialism and the elimination of the Native. *Journal of Genocide Research*, v. 8, n. 4, p. 387–40, 2006.

XAKRIABÁ, Célia. Amansar o giz. *PISEAGRAMA*, v. 14, p. 110-117, 2020.

Recebido em: 02/04/2022

Aprovado em: 02/06/2022

Publicado em: 30/06/2022